

TERMO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E CONSENTIMENTO

Fórum Regional das Empresas de Asseio e Conservação – Foreac – Região Norte

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

AUTORIZO a FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - FEBRAC, aqui denominada como CONTROLADORA, inscrita no CNPJ sob nº 00.718.734/0001-00 em razão de disponibilidade dos meus dados pessoais sensíveis de acordo com os artigos 7º e 11 da Lei nº 13.709/2018, conforme disposto neste termo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Dados Pessoais

O Titular autoriza a Controladora a realizar o tratamento dos seguintes dados:

1.1. Dados para ficha nacional de hóspede e emissão de boletos de hospedagem: nome, rg, órgão expedidor, cpf, telefone, whatsapp, e-mail e endereço completo

1.2. Dados para ficha de inscrição do Foreac : nome, telefone, whatsapp e e-mail.

CLÁUSULA SEGUNDA

Finalidade do Tratamento dos Dados

2.1 Os dados do item 1.1 da Cláusula Primeira serão tratados para o preenchimento da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes - FNRH , com objetivo de fazer a reserva de hospedagens no hotel que será realizado o Foreac – Região Norte e a emissão dos boletos para pagamento das hospedagens – art. 7º, inciso II da LGPD.

2.2. Os dados do item 1.2 da Cláusula Primeira serão usados para as seguintes finalidades do Foreac – Região Norte realizado pela FEBRAC, Seac/PA, Seac/AM, Seac/AC, Seac/RO, Sindelurb/RR, Seac/AP e Seac/TO – art. 7º, incisos V e IX:

a) participação no evento;

b) enviar boletins informativos, notícias, anúncios e outros comunicados a respeito do evento, parceiros e patrocinadores direta ou indiretamente, por meio de quaisquer canais de comunicação disponibilizados por mim através de preenchimento de formulário de inscrição ou outro meio hábil (telefone, e-mail, SMS, whatsapp, etc);

c) caso haja, para fins de sorteios, premiações, promoções, banco de dados, pesquisas estatísticas e mercadológicas,

Parágrafo Primeiro: Caso seja necessário o compartilhamento de dados com terceiros que não tenham sido relacionados nesse termo ou qualquer alteração contratual posterior, será ajustado novo termo de consentimento para este fim (§ 6º do artigo 8º e § 2º do artigo 9º da Lei nº 13.709/2018).

Parágrafo Segundo: Em caso de alteração na finalidade, que esteja em desacordo com o consentimento original, a Controladora deverá comunicar o Titular, que poderá revogar o consentimento, conforme previsto na cláusula sexta.

CLÁUSULA TERCEIRA

Compartilhamento de Dados

A Controladora fica autorizada a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, desde que, sejam respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA

Responsabilidade pela Segurança dos Dados

A Controladora se responsabiliza por manter medidas de segurança, técnicas e administrativas suficientes a proteger os dados pessoais do Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), comunicando ao Titular, caso ocorra algum incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, conforme artigo 48 da Lei nº 13.709/2020.

CLÁUSULA QUINTA

Término do Tratamento dos Dados

À Controladora, é permitido manter e utilizar os dados pessoais do Titular durante todo o período estipulado e descrito na política de retenção e descarte de dados pessoais, em anexo, bem como para cumprimento das finalidades relacionadas no presente termo e para cumprimento de obrigação legal ou impostas por órgãos de fiscalização, nos termos do artigo 16 da Lei nº 13.709/2018.

CLÁUSULA SEXTA

Direito de Revogação do Consentimento

O Titular poderá revogar seu consentimento, quando aplicável, a qualquer tempo, por e-mail ou por carta escrita, conforme o artigo 8º, § 5º, da Lei nº 13.709/, poderão ser retidos alguns ou todos os seus dados pessoais por períodos adicionais para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, cumprimento do contrato, eventuais ações judiciais, fins de auditoria de diversas naturezas, ou outros prazos definidos e fundamentados por bases legais que justifiquem a retenção destes dados.